



ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. “*Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Oito da Quinquagésima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nº 18 e 19/2023, do Poder Executivo; Ofício nº 794/2023, do Ministério da Saúde; Ofícios nºs 611, 614 a 616 e 627/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Renato Câmara, Lidio Lopes, Zeca do PT, Professor Rinaldo e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Rafael Tavares, Pedrossian Neto, Lucas de Lima e Zé Teixeira. O senhor presidente iniciou a presente Sessão, conforme o artigo 116 do Regimento Interno, convidando todos os deputados para participarem do evento 37º Encontro das Escolas do Legislativo e de Contas, que acontece no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de junho do ano de dois mil e vinte e três*”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, presidente, colegas deputados, senhoras e senhores. Antes da leitura do expediente, quero parabenizar a participação dos deputados no Arraiá da ALEMS, agradecer a participação da nossa única dama da Assembleia, senhora Kátia, agradecer os funcionários que ajudaram e todas as entidades que foram beneficiadas com essa



iniciativa que se fizeram presentes. Ontem, estive com o governador Eduardo Riedel, e ele me disse uma frase que quero transmitir aqui: "veio para ficar". Acho importante porque o evento juntou os nossos servidores, a classe política da nossa Casa e também os convidados dos outros Poderes. Expediente da Sessão Ordinária do dia 20 de junho 2023: Ofícios nºs 26 e 155/2023, do Ministério da Educação, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT; Ofício nº 19.040/2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), respondendo ao requerimento do deputado Renato Câmara; Ofícios nºs 628 e 629/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Neno Razuk, Renato Câmara, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Pedro Kemp e Rafael Tavares; Ofício nº 204/2023, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Gerson Claro; Ofício nº 554/2023, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), respondendo ao requerimento do deputado Pedro Kemp; Ofícios nºs 753, 757, 778 e 784/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi, Coronel David, Lucas de Lima e Rafael Tavares; Ofícios nºs 1.671 a 1.682/2023, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Rafael Tavares e João Henrique; Ofícios nºs 5.038 e 5.139/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima e Rafael Tavares; Ofícios nºs 849, 853 a 858/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, João César Mattogrosso, Lucas de Lima, Pedro Kemp, João Henrique e Pedrossian Neto. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de passar para a segunda parte do Pequeno Expediente, quero registrar e agradecer a participação do Sindicato dos Servidores, dos deputados, do governo do estado, através da Fundação de Cultura, da Secretaria de Estado de Governo, e dizer que, de fato, foi uma festa de cunho social considerável e a interação dos servidores foi fantástica. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar um projeto de lei que estabelece como risco ao meio ambiente a presença de fios em desuso existentes em postes de sustentação da rede de energia elétrica, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - A presença de fios desencapados, soltos, rompidos, em desuso, acumulados nas vias públicas e nas áreas rurais, para efeito desta lei, é considerada poluição e risco ao meio ambiente. Parágrafo único - A remoção dos fios dos postes de sustentação da rede elétrica, que em desuso ou rompidos poluem o meio ambiente e colocam em risco a segurança dos pedestres, motociclistas e ciclistas, deve ser realizada pela empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica, bem como as empresas de telefonia e internet, responsáveis pelos respectivos serviços públicos. Artigo 2º - Toda a fiação de postes de sustentação deverá ser identificada com o nome da empresa que a utiliza e o número do contato telefônico da empresa responsável. Artigo 3º - O descumprimento do disposto nesta lei acarretará multa de 100 Uferms à empresa concessionária ou



permissionária, para cada notificação não atendida em até trinta dias após o recebimento da mesma. À empresa que utiliza os postes da concessionária ou permissionária de energia elétrica para suporte de seus cabamentos, multa de 100 Uferms para cada notificação não atendida em até trinta dias após o recebimento da mesma. Parágrafo único - Consideram-se infratoras todas as empresas concessionárias, permissionárias e/ou terceirizadas, que estiverem agindo em desacordo com esta lei. Artigo 4º - Caberá ao Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul a fiscalização para o cumprimento do exposto nesta lei, e a aplicação da penalidade de multa prevista nos incisos I e II do artigo 4º desta lei, respeitando sempre o princípio do contraditório e a ampla defesa do procedimento administrativo. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de estado de Saúde, solicitando providências urgentes com vistas a articular com os demais órgãos do SUS, medidas urgentes de prevenção e orientação da população sobre a febre maculosa, doença transmitida pelo carrapato estrela. A febre maculosa é transmitida pelo carrapato estrela que funciona como reservatório da bactéria *Rickettsia*, causadora da doença que tem alta letalidade. Entre os animais que hospedam o carrapato estrela, a capivara tem especial facilidade para proliferação do aracnídeo. Recentemente foram registrados casos da doença em São Paulo, inclusive com vítimas fatais. Os moradores de Campo Grande e de regiões próximas ao Parque das Nações Indígenas, Parque dos Poderes, da reserva da Universidade Federal e do Lago do Amor, estão preocupados com a presença de muitas capivaras na área e pedem às autoridades responsáveis adoção de medidas preventivas e de controle dos parasitas. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Professor Reinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente e colegas deputados. Primeiramente quero parabenizar Vossa Excelência e a Mesa Diretora pelo evento realizado neste final de semana, que foi importantíssimo para unir os servidores desta Casa e beneficiar as instituições não governamentais. Senhor presidente, tenho aqui uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Thiago Ramos da Silva, que no dia 4 de junho de 2023, às quatro horas e vinte e nove minutos da manhã, realizou o parto da sua filha Laura Sofia. O senhor Thiago ligou para o serviço de atendimento de urgência assim que sua esposa Tatiane entrou em trabalho de parto, mas não houve tempo para aguardar os profissionais e ele teve a felicidade de realizar o parto e receber sua filha em seus braços. Receba desta Casa de Leis o reconhecimento pelo êxito na realização do parto de sua filha, Laura Sofia, feito com muita dedicação, amor e carinho. Moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Júlia Gusman Pereira Leite, em decorrência do falecimento do seu avô senhor Cícero Silveira Alves Gusmão, ocorrido no dia 13 de junho de 2023. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja



encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia à secretária de estado de Meio Ambiente, doutora Kátia Cilene Sartori, solicitando a remoção de uma árvore na lateral da Escola Estadual Maestro Heitor Villa Lobos, na rua Avelino dos Reis, nº 283 no bairro Parati. Essa árvore está trazendo problemas para a comunidade escolar, lembrando que eu fiz o meu estágio do curso de graduação de professores e depois de formado passei a dar aulas no mesmo local. Era isso o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, pessoas que participam desta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder solicitando a realização de uma audiência pública, no município de Dourados, para discutir a concessão da Ferrovia Malha Oeste pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com a população local e instituições interessadas. Justificativa: A ANTT promoveu em 26/04/2023, em Campo Grande, a Audiência Pública nº 05/2023, para acolher sugestões e contribuições às minutas de edital e contrato, aprimoramento dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a concessão da Ferrovia Malha Oeste que liga o trecho da cidade de Mairinque, São Paulo, até Corumbá, Mato Grosso do Sul. Durante a referida audiência os representantes da ANTT comunicaram que o ramal da Ferrovia Malha Oeste, entre Campo Grande e Ponta Porã, não está incluso na concessão, por inviabilidade técnica, situação que deve ser objeto de discussão com os municípios e entidades interessadas por se tratar de trecho bastante relevante para infraestrutura e logística de produtos do estado, sendo que a sua exclusão da concessão causa prejuízo à população do estado do Mato Grosso do Sul, o que justifica a realização das audiências públicas. Nós estamos promovendo mais uma audiência pública em Dourados e convidamos os deputados mais ligados à cidade de Dourados para participar. Nós conversamos, deputada Lia, com o governador Eduardo Riedel, com relação à questão da Malha Oeste, e o governador entrou 100% no nosso projeto, inclusive está organizando juntamente com o secretário de estado de Desenvolvimento Econômico, Jaime Elias Verruck, a vinda do presidente da ANTT, senhor Rafael Vitali, para deixar claro que o Mato Grosso do Sul quer a inclusão do ramal de Campo Grande/Ponta Porã, passando por Dourados. Nós já fizemos três audiências públicas, em Sidrolândia, em Maracaju e em Ponta Porã, e o prefeito Alan Guedes solicitou que fizéssemos também uma em Dourados, uma vez que a ferrovia passa por ali. Estivemos no distrito de Itahúm, que se ressentiu com a perda dessa ferrovia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, solicitando autorização para a realização da audiência da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, no dia 26 próximo, às quatorze horas, no Plenário Nelito Câmara, para debater a proposta da Emenda Constitucional nº110/2019, em tramitação no Congresso Nacional, sobre a Reforma Tributária. Então, a partir da semana que vem, na segunda-feira, às 14 horas, nós queremos fazer reunião da Comissão da Indústria, Comércio, Turismo. Justificativa: Em continuação da audiência pública realizada por



esta Assembleia Legislativa no dia 8 de maio de 2023, faz-se necessário dar encaminhamento efetivo às discussões sobre os impactos políticos e econômicos da Reforma Tributária, no estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, para viabilizar a continuidade dos trabalhos, solicita-se a realização da audiência da Comissão da Indústria, Comércio e Turismo, com a participação de setores envolvidos na iniciativa privada, com a finalidade de debater a proposta da Emenda Constitucional nº 110/2019, atualmente em trâmite no Congresso Nacional. Senhor presidente, esse é um tema que nós já tratamos aqui, já fizemos audiência pública, mas não obstante, inúmeras questões precisam ser tratadas porque muito provavelmente o Mato Grosso do Sul e a sociedade brasileira verão o avanço dessa discussão de Reforma Tributária, e essa proposta, da forma como está, machuca o Mato Grosso do Sul, atrapalha o estado no seu processo de desenvolvimento. Com essa reforma, talvez Mato Grosso do Sul seja o estado que terá maior dificuldade e será o mais prejudicado entre todos os estados da federação. Eu quero aproveitar para chamar todos os deputados que queiram participar conosco dessa reunião da Comissão da Indústria Comércio, porque nessa oportunidade iremos discutir se essa reforma virá ou pelo menos irá preservar algumas coisas para o Mato Grosso do Sul. Por exemplo, está colocada a criação de um fundo de desenvolvimento regional com base em cerca de 3% a 5% do produto da arrecadação desse novo imposto que eles querem criar, que é o IBS. O que nós estamos propondo é que sejam discutidos esses valores, pois no patamar que está não o Mato Grosso do Sul não será contemplado, e temos que colocar, presidente, a questão do incentivo fiscal. Eu acho que as pessoas não entenderam a gravidade do que está colocado. Na hora que a gente apertar esse botão, Mato Grosso do Sul vai perder o incentivo fiscal, vai desindustrializar Três Lagoas, vai impedir o nosso estado de ter esse instrumento de atração de indústrias pra cá. É bom para os estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Paraná, de Santa Catarina, que já foram industrializados, mas e para nós que não temos as indústrias ainda? Uma reforma dessa natureza interessa a eles, mas a nós não. Há inúmeras questões e nuances para as quais o Mato Grosso do Sul ainda não acordou com relação a esse tema. Então, essa audiência é uma continuidade do trabalho que a gente fez aqui dentro da Assembleia Legislativa, para discutir uma proposta de emenda à PEC 110. Ora, se vem a PEC, que se perca os anéis e que fiquem os dedos, mas os da mão, porque do jeito que está, nós vamos perder tudo. Eu estou muito preocupado com a desindustrialização de Mato Grosso do Sul, com a perda de receita do jeito que está colocado. Dizer que o Mato Grosso vai ter uma salvaguarda, que nós vamos pelo menos manter a arrecadação atual corrigida pelo IPCA? Ora, o Mato Grosso do Sul está crescendo 8% a receita por ano, em relação aos anos anteriores cresceu mais de 10%. Não terá governador que conseguirá segurar as contas se for mantida essa regra de apenas corrigir pelo IPCA. Eu estou muito preocupado com relação a isso e conclamo todos os deputados a se unirem nesse esforço conosco.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, atendendo à solicitação feita pela Mesa, através da gerência das comissões, eu, como líder da



bancada do PT, indico a deputada Gleice Jane como titular da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e à Agesul, solicitando a elaboração do projeto executivo para pavimentação asfáltica da estrada de acesso lateral do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, em Jardim. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Guia Lopes da Laguna, senhor Jair Scapini, solicitando informações sobre o motivo pelo qual foi perdido o prazo de execução que acarretou na devolução ao orçamento da União da emenda parlamentar destinada à Casa do Mel, localizada naquele município. Importante dizer que além da pulverização nas lavouras que acabou com as abelhas no assentamento Rio Feio, ainda tem esse problema da incompetência da administração municipal. Quero informar a esta Casa que eu vou ao Ministério Público Federal, solicitar que se cumpra a lei e proíba essa vergonha que acontece no estado, que é a pulverização que tem matado a agricultura familiar de Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, a todos que acompanham esta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Rodrigo Rossi Maiorchini, diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Agepen), para que seja determinada a imediata expedição das identidades, carteiras funcionais, aos policiais penais do estado de Mato Grosso do Sul. Faço essa indicação por conta de um fato que chegou ao meu conhecimento, que devido à falta da identidade funcional, um policial penal acabou sendo preso por portar arma de fogo e só foi liberado após pagamento da fiança. O artigo 2º da Lei nº 5.846, de 30 de março de 2022, que foi aprovada por esta Casa de Leis e sancionada pelo Poder Executivo, diz que são peculiaridades do cargo de policial penal de carreira a hierarquia, a disciplina e o porte de arma. O artigo 3º diz que é assegurado ao policial penal o porte de arma de fogo, observadas as disposições da Lei Federal nº 10.826/2003, a constar em sua carteira funcional, quando devidamente habilitado o porte de arma funcional para o exercício da função. Senhor presidente, faço esse pedido ao governador, senhor Eduardo Riedel, mas, na verdade, a responsabilidade administrativa é do diretor-presidente da Agepen, que é quem deve providenciar essas carteiras funcionais para evitar que os policiais penais passem por constrangimento, visto que é uma carreira que compõe a segurança pública do Brasil, de Mato Grosso do Sul, e os policiais penais merecem essa salvaguarda do estado brasileiro. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Assembleia. Moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Edson Kiyoshi Shimabukuro, falecido no dia 19 de junho de 2023. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, manifesta sua solidariedade e externa os mais elevados sentimentos aos familiares e amigos do senhor Edson Kiyoshi Shimabukuro. O Edson tinha o apelido de "my body", era engenheiro como eu, se formou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em segurança do trabalho, foi vereador e diretor-adjunto de obra da Agesul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se houver concordância, deputado, poderia fazer em nome da Casa.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Perfeitamente! Então fica registrada aqui a nossa moção de pesar. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para informar a Vossa Excelência que, por designação dessa presidência, eu vou representar a Casa na festividade de aniversário do município de Bandeirantes e levarei ao prefeito Gustavo o abraço e o carinho da Assembleia Legislativa nesse momento tão importante para o município.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente, nobres pares e quem nos acompanha pela TV Alems. Projeto de lei. Dispõe sobre a autorização de caça de javalis, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica permitido nos termos desta lei o exercício de caça de javalis, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, compreendido como perseguição, captura e abate do animal. Artigo 2º - O exercício de caça de javalis deverá ser exercido somente por caçadores regularmente habilitados e cadastrados em todos os órgãos regulares, e os objetivos desta lei é o controle populacional do javali, considerando ameaça ao meio ambiente, à agricultura e à saúde pública, controle do risco sanitário por doenças transmissíveis em razão da constante migração da espécie, em especial ao rebanho pecuário de Mato Grosso do Sul. Artigo 4º - O exercício da caça de javali poderá ocorrer em áreas públicas ou privadas que dependerão de autorização. Artigo 5º - Fica proibida a comercialização



de qualquer produto oriundo da caça de javalis. Artigo 6º - O transporte de carcaças de javalis abatidos mediante caça seguirá as regras contidas na Resolução nº 657, da Semagro, de 22 de dezembro de 2017, e os regramentos pertinentes para o exercício da caça de javali serão regulamentados pelo Poder Executivo. Assinam comigo os deputados Marcio Fernandes, Coronel David, Antonio Vaz, Paulo Corrêa, e Rafael Tavares. Nós estamos apresentando aqui, já com a assinatura de, praticamente, todos os deputados, proposição para que seja incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Arraiá da ALEMS. Artigo 1º - Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Arraiá da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a ser realizado anualmente no mês de junho. Quero parabenizar Vossa Excelência por ter comprado a ideia e ter sido um personagem naquele dia. Foi um evento muito importante para os deputados e também para as instituições que arrecadaram recursos. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, além de irreconhecível, eu roubei a pauta armamentista do deputado Rafael Tavares e do Pollon.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Motivo de criação de figurinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado João Henrique levou a arma e eu que fiquei armado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e a todos que acompanham esta Sessão. Eu quero apresentar um projeto de lei que regulamenta a locação de equipamentos para prática de esportes aqui dentro do Parque dos Poderes. Eu tenho um amigo que dá aula de patins dentro do parque e por uma questão burocrática ele está sendo impedido de alugar os equipamentos. Então, esse projeto visa a regulamentar a locação de equipamentos esportivos e facilitar o acesso. Somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Trago nesta manhã um projeto de lei que estabelece normas para o encaminhamento de pacientes pela equipe de socorro do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), após atendimento emergencial para os hospitais privados. Artigo 1º - Os pacientes que



necessitarem de atendimento emergencial poderão ser encaminhados pelas equipes de socorro do Corpo de Bombeiro Militar de Mato Grosso do Sul e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência para hospitais privados. Artigo 2º - Os socorridos pelo CBBMS e Samu terão a opção de serem encaminhados aos hospitais privados de Mato Grosso do Sul, devendo este ato ser registrado em ficha de ocorrência e no sistema de registro de ocorrências de equipe de atendimento emergencial. Ao respeitar a lei, os hospitais públicos terão sua carga aliviada, além disso, existem pessoas atendidas pelo serviço público que possuem plano de saúde, ou que apenas preferem ser atendidas em um hospital particular. Igualmente o projeto de lei visa a resguardar o direito dos pacientes de optar pelo encaminhamento aos hospitais particulares quando são socorridos pelas redes de urgências públicas. No entanto, o projeto de lei obriga que para exercer esse direito o paciente deve estar consciente e assinar um termo de consentimento, podendo contar com a participação de acompanhantes ou responsáveis na decisão. Além disso, antes de encaminhar o paciente para o hospital particular, a Central de Regulação de Urgências avalia as condições do paciente e a disponibilidade de vagas no hospital privado referenciado. É importante ressaltar que o estado não tem nenhuma responsabilidade financeira ao levar o paciente ao hospital particular. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro, presidente da Escola do Legislativo. Já registrando os parabéns pelo belíssimo encontro realizado no Mato Grosso do Sul, que mais uma vez foi um exemplo de recepção aos estados que estiveram presentes.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, graças a Deus nosso evento foi um sucesso e agradeço o seu apoio e de toda a Casa. Tivemos presentes aqui dezenove estados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Florian Augusto de Abreu Coutinho Madruga, por idealizar, representar e conduzir, por vinte anos, a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas. Essa Associação se originou em função do empenho do homenageado e seus parceiros, e causou uma verdadeira revolução no Poder Legislativo brasileiro, oferecendo a cada uma das Casas Legislativas do país a ideia de criar Escolas do Legislativo em sua estrutura para formar, capacitar, treinar e reciclar servidores que trabalham no Parlamento, oferecendo assessoramento mais qualificado ao parlamentar, tornando mais ágil o funcionamento das Casas Legislativas, atendendo melhor o cidadão, oferecendo mais transparência, ética e cidadania ao brasileiro. O nome e a história do homenageado estão interligados à história dessa importante associação que tem auxiliado o trabalho parlamentar, incentivado seu desenvolvimento e se tornado um setor indispensável. Entusiastas da educação e aperfeiçoamento, como é o caso do homenageado, são motivos de orgulho, não apenas para o Parlamento estadual, mas para o cidadão brasileiro que tem na educação uma das mais poderosas e eficazes ferramentas para transformação e desenvolvimento humano. Diante disso, congratulamos o senhor Florian Augusto de Abreu Coutinho Madruga, pelo empenho, dedicação e legado deixados ao longo destes vinte anos à frente à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Pelos motivos apresentados, requero que seja reconhecido e



congratulado pelo Parlamento de Mato Grosso do Sul o senhor Florian Augusto de Abreu Coutinho Madruga. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Pelluffo, ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a instalação de sistemas de controle de velocidade ao longo da MS-080, rodovia José Domingos, especialmente na parte urbana do município de Rochedo. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores do município de Rochedo, senhor Oswaldo Figueiredo Mariano e senhora Maria da Glória de Souza Ferreira. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Hélio Pelluffo, e ao superintendente regional do Dnit/MS, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a instalação de sistema de controle de velocidade na parte urbana da BR-163, no município de Caarapó. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Odirlei Luiz longo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Pelluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a recuperação, manutenção asfáltica, implantação de sinalização rodoviária horizontal e vertical, bem como acostamento, em toda a extensão da rodovia MS-180. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora do município de Iguatemi, senhora Juliana Lara Ruiz. Pela ordem, quero parabenizar Vossa Excelência, a primeira-dama Kátia, esta Casa, a todos que participaram, mas, principalmente, quem idealizou esse grande evento que foi a nossa festa junina.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar a imprensa e todos que prestigiam a nossa Sessão. Tenho duas indicações e uma moção para apresentar. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, à secretária de estado de Administração, senhora Ana Carolina Araújo Nardes, e ao diretor-presidente da Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando um levantamento da dívida dos servidores públicos estaduais, ativos e aposentados, com instituições financeiras, na modalidade de empréstimos consignados. Esse levantamento deverá compreender a informação qualitativa e quantitativa do quanto esses servidores possuem em consignados acima do limite percentual estabelecido pela Lei Federal nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre autorização para desconto de prestação em folha de pagamento, e dá outras providências. Sobre este assunto, senhor presidente, eu farei uma justificativa em tribuna. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, ao secretário municipal de Saúde, senhor Sandro Trindade Benites, solicitando a implementação de cestos de lixo para recolhimento de materiais recicláveis na UBS



da Família, no bairro Nova Bahia, em Campo Grande. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação ao senhor David da Silva Ribeiro e ao senhor José Luiz dos Reis Chaves, por haverem tomado posse no último dia 17 como eminente Grão-Mestre e poderoso Grão-Mestre, respectivamente, do Grande Oriente do Brasil de Mato Grosso do Sul. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente. Primeiramente parabenizar a cidade de Bandeirantes, me sinto cidadão bandeirantense, que hoje completa cinquenta e oito anos de história. Daqui a pouco estarei almoçando com o prefeito Gustavo Sprotte, na comemoração do aniversário da cidade, uma das mais festeiras do estado, inclusive com show do Jads e Jadson, Cleiton e Romário, Tchê Garotos, nas festividades do aniversário da cidade de Bandeirantes que tem progredido cada vez mais com a ajuda do governo do estado. Eu que morei dos cinco aos dezesseis naquela cidade, hoje quando vou lá vejo o quanto Bandeirantes progrediu com tudo que está conquistando desde o governo do Reinaldo Azambuja. Fico muito feliz em ver os municípios do estado crescendo cada vez mais. Eu vou apresentar um projeto de lei que institui a política estadual de valorização da mulher no campo, no estado do Mato Grosso do Sul. Fica instituída a política estadual de valorização da mulher no campo no estado do Mato Grosso do Sul. A política estadual de valorização da mulher no campo terá por finalidade a fomentação da atividade rural das mulheres, sua inclusão qualificada na atividade agrícola, com o desenvolvimento de ações que resultem no respeito a sua capacidade produtiva e as suas potencialidades profissionais, bem como na asseguarção a sua plenitude emocional, física e psíquica. A política de que trata essa lei possui os seguintes objetivos: impulsionar a inclusão qualificada da mulher trabalhadora rural, com a promoção de eventos voltados à sua capacitação, profissionalização e o seu fortalecimento no meio rural; a mulher chefe de estabelecimento rural terá prioridade no acesso a recursos, subsídios e políticas públicas voltadas à agricultura no estado de Mato Grosso do Sul; proporcionar o desenvolvimento econômico e social sustentável dos estabelecimentos rurais chefiados por mulheres, com a melhoria da qualidade de vida das famílias e a redução das desigualdades de gênero; fomentar ações preventivas de combate à violência doméstica, violência de gênero, e à violência patrimonial no campo; garantir às mulheres assistência psicossocial, assegurando-lhes plenitude emocional em seu trabalho, em sua capacidade produtiva, aos seus sentimentos, às suas potencialidades mentais e físicas, e ao seu ofício profissional e familiar como produtora rural; nos programas de regularização fundiária promovidos no estado do Mato Grosso do Sul, o estabelecimento rural deverá ser registrado prioritariamente em nome da mulher, se essa for a chefe da família. Apesar de sermos um estado muito produtivo na agropecuária, ainda são poucos os dados referentes à realidade da mulher que labora no campo e, de modo geral, impõe-se uma carga horária de trabalho nos afazeres domésticos extremamente desigual. De acordo com a pesquisa Estatísticas de Gênero - indicadores sociais das mulheres no Brasil,



realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo em relação aos homens, sendo 21,4 horas semanais contra onze horas, aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. Essa realidade torna-se ainda mais penosa quando se discute as mulheres que laboram no campo, pela ausência de informações concretas sobre o perfil de vida dessas mulheres somado à ausência de uma série de políticas públicas na área rural, como estradas, iluminação, transporte, saúde, educação, dentre outras. Nesse sentido, a realidade rural torna-se palco para um maior grau de desigualdade e violência, tendo os corpos das mulheres maior grau de vulnerabilização, impondo uma incidência maior por parte dos poderes públicos como meta para redução dessa desigualdade. Trago algumas indicações à prefeita de Campo Grande, sobre os vários problemas dos bairros da cidade. Vou colocar sobre a mesa. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 03032/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 03002/2023, 03009/2023, 03013/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 02999/2023, 03000/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02968/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 02969/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 02965/2023, 02964/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02963/2023); uma moção de aplauso (Prot. nº 02966/2023); um projeto de decreto legislativo (Prot. nº 02967/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: dezessete indicações (Prot. nºs 02989/2023, 02988/2023, 02970/2023, 02972/2023, 02971/2023, 02997/2023, 02980/2023, 02973/2023, 02974/2023, 02975/2023, 02977/2023, 02976/2023, 02981/2023, 02982/2023, 02984/2023, 02986/2023, 02985/2023); três requerimentos (Prot. nºs 2996/2023, 02995/2023, 02994/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02978/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02983/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02987/2023); uma moção de repúdio (Prot. nº 02979/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 03008/2023, 03010/2023, 03011/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 02998/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: sete indicações (Prot. nºs 03015/2023, 03017/2023, 03003/2023, 02993/2023, 02992/2023, 02990/2023, 02991/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03033/2023, 03034/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 03006/2023, 03031/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03030/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 03005/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 03004/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 03007/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: quatorze indicações (Prot. nºs 03014/2023, 03029/2023, 03021/2023, 03024/2023, 03027/2023, 03028/2023, 03026/2023, 03012/2023, 03025/2023, 03023/2023, 03022/2023, 03020/2023, 03018/2023, 03016/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de pesar (Prot. nº 03019/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 03036/2023, 03037/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT : dois requerimentos (Prot. nºs 03039/2023, 03038/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Coronel David. Ele não se encontra



presente, foi para Bandeirantes. Com a palavra, o Deputado Junior Mochi que disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos prestigia nesta Sessão. Eu quero apenas trazer uma preocupação que foi objeto da indicação que fiz hoje, com relação ao alto endividamento dos servidores públicos estaduais com empréstimos consignados. A legislação federal que antes definia 30%, em função da pandemia aumentou o teto para que o comprometimento possa ir até 40% dos vencimentos respectivos do servidor. No Mato Grosso do Sul, nós temos um estoque de dívida do empréstimo consignado com as instituições financeiras, mas ainda não temos o valor exato. Por essa razão, eu fiz a solicitação para podermos ter o domínio exato dos números, mas o valor desses empréstimos consignados aos servidores públicos estaduais passa da casa de três bilhões de reais. Então, quando a gente discute um reajuste para os servidores, deputado Londres Machado, quando se discute 5%, 7%, na verdade ele faz pouca diferença se considerarmos que grande parte do salário dos mesmos estão comprometidos com os empréstimos consignados. Portanto, ao solicitar ao governo que a gente tenha conhecimento, o domínio dos números, a ideia é termos a possibilidade de chamar as instituições financeiras à mesa, para discussão. Vale dizer que toda instituição financeira tem interesse nesse tipo de negócio, porque desconta diretamente na conta do servidor, em folha, não tem inadimplência. É preciso fazer uma discussão com as instituições financeiras, com bancos que a gente até desconhece, porque às vezes não atuam com agência, mas diretamente nos empréstimos consignados, usando obviamente dessa condição dos servidores que passam por dificuldades e têm que se valer de empréstimos para saldar as suas obrigações mais elementares. Portanto a ideia é a gente fazer um levantamento e chamar as instituições financeiras para fazer uma grande renegociação, repactuação, para que o servidor possa entrar dentro do limite legal dos 40% e a instituição, por sua vez, alongar o perfil dessa dívida, reduzindo a taxa de juros, assim como a inflação reduziu. Nós temos a expectativa de que o Banco Central, através do Copom, baixe essa taxa também, assim haverá a possibilidade de o servidor alongar o perfil da sua dívida com a redução da taxa de juros, se enquadrar dentro do limite estabelecido em lei e se beneficiar com uma sobra maior de recurso ao receber o seu salário, já que os empréstimos consignados são debitados em folha. Em conversa com o diretor-presidente da Ageprev, ele me disse que para cada servidor inativo no estado, existe uma média de cinco empréstimos consignados. É possível que instituições maiores comprem o estoque da dívida, renegociem esse valor, alonguem o prazo e reduzam a taxa de juros. Essa grande discussão faz com que o servidor, na verdade, tenha um aumento na sua remuneração líquida, para que ele possa, realmente, atender suas necessidades básicas. Portanto a solicitação que fizemos hoje por indicação é que esta Casa tenha conhecimento, não nominal, nós não queremos isso até para não expor nenhum servidor, mas conhecimento dos números totais, quantas e quais são as instituições financeiras que operam na modalidade de empréstimo consignado ao servidor público do estado, seja ativo ou inativo, quanto cada uma representa percentualmente desse empréstimo, qual é o número de servidores, para que a gente possa discutir aqui e propor uma grande negociação, uma renegociação desses débitos para reduzir e o servidor poder ter mais recursos em conta. Entendo que essa



é uma demanda que surgiu de uma reunião que fizemos com algumas lideranças dos sindicatos dos servidores e presidentes e a partir dessa grande discussão, vamos poder contribuir efetivamente para que o servidor tenha um resultado líquido na mão. Portanto o meu uso da palavra era para chamar a atenção para esse problema. Concedo o aparte ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero parabenizar Vossa Excelência, por trazer esse assunto à tribuna. Eu recebi em meu gabinete pessoas estudiosas que estão preocupadas com a situação de muitos servidores públicos que no momento da necessidade recorreram ao empréstimo consignado e hoje estão passando por dificuldades, tendo o salário comprometido por muitos anos e com uma taxa de juros bastante elevada. Nós sabemos que hoje existe um número bastante significativo de servidores que têm empréstimo consignado na sua folha de pagamento e realmente é uma situação que precisa ser discutida, até porque, muitas vezes, as pessoas recorrem ao empréstimo sem prever o que vai acontecer na sua vida, ficam com uma despesa já comprometida no seu salário por quarenta e oito meses, por trinta e oito meses, sendo esta uma situação muito difícil. Acho que Vossa Excelência colocou muito bem a renegociação, a repactuação com esses servidores, principalmente aqueles que recebem os menores salários e acabam recebendo hoje um valor insignificante. Acho que esse assunto precisa ser debatido, o governo do estado tem que se inteirar dessa situação porque é um assunto que realmente nos preocupa. Muitos servidores já nos procuraram para discutir essa situação e eu acho que nós precisamos aprofundar esse debate, inclusive me coloco à disposição de Vossa Excelência para quem sabe até formular uma proposta de encaminhamento com a participação do governo do estado, representantes das instituições financeiras. Portanto, acho que é um assunto que merece toda a atenção desta Casa. Parabéns, deputado!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu agradeço e incorporo, deputado Pedro Kemp, o seu aparte ao meu pronunciamento. Aceito não somente Vossa Excelência, mas outros deputados que também queiram participar dessa discussão, porque esse é um problema muito grande. Eu tive a oportunidade de advogar para alguns sindicatos no período em que estive fora do mandato e essa era uma questão recorrentemente colocada por eles, porque às vezes o cidadão até recebe um salário razoável, mas o comprometimento com os empréstimos faz com que o líquido que sobra para suas demandas e necessidades seja muito pequeno. Nós estamos vivendo um momento em que precisamos discutir efetivamente, por isso encaminhei a indicação ao governador do estado, à secretária de estado de Administração e ao diretor-presidente da Ageprev, solicitando informações que irão nos subsidiar para essa reunião que pretendemos fazer. Eu acho que a Casa não pode se omitir dessa participação, as instituições financeiras têm que entender que a representação política dos servidores está presente aqui dentro e luta para encontrar uma alternativa viável. Obviamente que o servidor fez o empréstimo, tem um débito, mas muitas vezes numa condição diferente da de hoje, em que a taxa é alta. É preciso verificar essa renegociação da taxa de juros e, se for o caso, alongar o perfil da dívida e enquadrar dentro dos limites estabelecidos pela legislação federal, pois grande parte dos servidores extrapola esse limite e está sendo prejudicada em função disso. A ideia



de trazer essa discussão é justamente encontrar alternativas. Não se pode falar em leilão porque não se trata de um recurso público, é um recurso do servidor com a iniciativa privada que é a instituição financeira, mas nós podemos fazer um grande chamamento. Quem sabe com a aquiescência dos servidores, através das suas representações, das organizações sindicais, possamos fazer um grande chamamento público e o leilão desse estoque de dívida para a instituição que oferecer a menor taxa de juros. Existe a possibilidade de portabilidade para a instituição que quiser assumir o seu débito com outra, baixando a taxa de juros e alongando o perfil da dívida. Acho que tudo isso é possível fazer numa grande tratativa com o governo do estado, com a participação da Assembleia, das organizações sindicais e das instituições financeiras que, obviamente, são credoras dos servidores públicos. Portanto, senhor presidente, a minha fala se resume hoje a esse tema que eu acho de grande relevância. Agradeço a participação de todos. O próximo passo é aguardar essas informações que vamos solicitar pessoalmente à secretária de estado de Administração e ao diretor-presidente da Ageprev, para que, oficialmente, nos forneçam as informações e através delas possamos criar uma comissão de representação para fazer os encaminhamentos devidos. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queremos registrar e agradecer a presença do senhor Leandro Bonde, secretário de Cultura de Ivinhema; do senhor Ricardo Bueno, do Sindicato da Seguridade Social de Mato Grosso do Sul; do senhor Arnaldo Pereira de Souza, vereador do município de Sonora. Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Pedrossian Neto que disporá de vinte e quatro minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados. Eu gostaria de usar essa tribuna para informar às pessoas o conteúdo das discussões que tivemos na data de ontem, na audiência pública que fizemos no âmbito da Frente Parlamentar de Defesa das Comunidades Terapêuticas de Mato Grosso do Sul, de minha autoria. A nossa primeira reunião foi extraordinária, muito produtiva, e pudemos falar sobre a forma que tem sido tratado o assunto de abuso de álcool, de drogas e da política de enfrentamento para esse tema aqui do Mato Grosso do Sul, inclusive da sua relação com a questão das políticas da saúde mental. Um problema que nós apontamos é que apesar do crescimento significativo do número de pessoas viciadas em crack, em cocaína, em pasta base, em drogas com altíssimo poder de adicção, nós ainda não contamos com uma política efetiva de enfrentamento dessas questões. Eu penso que a Assembleia Legislativa poderia ajudar nessa contribuição, mas de que maneira? As comunidades terapêuticas desempenham um papel fundamental, porque muitas vezes fazem um trabalho que o estado não faz: são elas que se relacionam com as famílias, são elas que estão lá na ponta, acolhendo o doente, inclusive em situações extremamente agudas e delicadas. Ocorre que muitas vezes algumas comunidades terapêuticas não se enquadram nas regras do SUS, e sendo assim não podem receber recursos públicos. Nessa audiência pública nós discutimos sobre o que temos que fazer para que as comunidades terapêuticas sejam inseridas dentro da política do SUS, porque não dá para fazer apenas a comunidade terapêutica e oferecer o serviço religioso, que é importante, é significativo, é um dos instrumentos para que esse adicto



possa voltar, é um bote salva-vidas, é uma boia lançada para que ele possa voltar ao convívio da sociedade, mas não pode ser o único caminho. As comunidades terapêuticas precisam se enquadrar nas normas do SUS. E o que nós fizemos? De um lado, existe um preconceito muito grande daqueles que militam no SUS, com relação às comunidades terapêuticas. Então é um diálogo que estava interdito, que estava impedido, inclusive com algumas portarias e recomendações do Ministério da Saúde, sugerindo o não financiamento das atividades da comunidade terapêutica, porque algumas não teriam efetividade no tratamento clínico, o que eu discordo, mesmo porque não dá para colocar todas dentro do mesmo balaio. E o que que nós fizemos? Ora, vamos separar o joio do trigo, vamos fazer com que aqueles que queiram se enquadrar nas normas do SUS, possam fazê-lo, e para fazer isso nós reunimos as principais comunidades terapêuticas que operam dentro de Campo Grande e posteriormente queremos chamar aqueles que trabalham no interior. Chamamos a Secretaria de Estado de Saúde, tivemos a presença do doutor Everton, que é o gerente da Rede de Atendimento Psicossocial, que fez uma explanação de como está funcionando a Raps, de todas as políticas, como é que é o enquadramento das comunidades terapêuticas, e com as suas sugestões; chamamos a doutora Enya, da Defensoria Pública, que fez uma brilhante exposição; chamamos o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde; chamamos o município de Campo Grande, através da secretária adjunta de Direitos Humanos do município, a pastora Bárbara, para participar e mostrar o exemplo de Campo Grande no enfrentamento dessas questões. Colocamos todos dentro da mesma sala e pudemos mais do que fazer um trabalho... Muitas vezes as pessoas acham que o trabalho do parlamentar é apenas um legislativo, no sentido de apresentar leis e propor a criação de normas, mas o que nós fizemos ali um trabalho de mediação, nós colocamos dentro do mesmo fórum todos aqueles que poderiam versar com relação a essa matéria, para que pudéssemos criar e não dinamitar as pontes de entendimento. Em primeiro lugar, o que ficou concluído nessa discussão foi a criação desse grupo de trabalho que vai continuar debatendo essa questão, de maneira contínua, até o completo enquadramento de todas as comunidades terapêuticas nas políticas de saúde do SUS. Comunidade terapêutica deve e pode funcionar, contanto que esteja enquadrada dentro das regras do SUS. Nós precisamos fazer com que o paciente que vai entrar dentro dessa comunidade terapêutica, seja de conhecimento do SUS. O SUS tem que identificar, fazer a regulação daquele paciente, ele tem que entrar regulado. Essa comunidade terapêutica não pode simplesmente fazer a sua atividade sem estar relacionada dentro da Raps, dentro de uma estratégia mais ampla de enfrentamento da rede psicossocial. Então, precisamos enquadrar as comunidades terapêuticas para que elas tenham o credenciamento e funcionem como uma espécie de retaguarda dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Depois de fazer esse enquadramento, temos que encontrar formas de buscar recursos públicos. Então, nós vamos fazer estudo do caso, pegar algumas comunidades terapêuticas, a Secretaria de Estado de Saúde vai fazer a visita e elencar todos os pontos de discordância. Tem que ter um tratamento no chamado PIA, que é o Plano Individualizado de Atendimento, porque não dá para ser um tratamento generalizado, onde a pessoa entra dentro da comunidade terapêutica e só sai após nove, doze meses, independentemente do seu estado, do seu tratamento. Então, nós estamos trabalhando nesse sentido, creio que avançamos muito dentro dessa discussão, mas acho que o estado precisa fazer um



enfrentamento mais forte com relação a isso. Aqueles que andam na rodoviária antiga, que andam na Ernesto Geisel e em alguns bairros, ficam alarmados com o que veem em Campo Grande, mas isso não é exclusividade nossa. O Mato Grosso do Sul é um estado fronteiriço, fica ao lado do Paraguai e tem muito acesso a essas drogas, e naturalmente há uma propensão muito grande ao adoecimento da sociedade com relação a essa questão das drogas e abuso de álcool. Então, eu gostaria de convidar as pessoas que se interessam por esse tema, que até parece ser um tema invisível, um tema que enfrenta uma certa indiferença das pessoas que preferem não enxergá-lo, mas ele está aí. Nós estamos colocando o dedo na ferida, estamos chamando o Ministério Público, a Defensoria, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado de Saúde, todos aqueles que gostariam de ver essa política pública sendo bem tratada, para que pudéssemos fazê-lo no âmbito dessa Frente Parlamentar. Convido a todos para esse debate, para ajudar o Mato Grosso do Sul a resolver, ou pelo menos mitigar esse grande problema que tem prejudicado a sociedade de Mato Grosso do Sul, destruído grande parte das famílias e feito com que muitas pessoas percam a vida. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Continuamos ainda no Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Não está. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero ponderar duas questões importantes: continuo aguardando informação da superintendência do MDA e da Agraer a respeito dos equipamentos da agricultura familiar que as prefeituras receberam e que eventualmente estejam em desvio de finalidade. Também amanhã, quarta-feira, será realizada, em Dourados, a 5ª Conferência da Agricultura Familiar, e na sexta-feira, a 6ª Conferência da Agricultura Familiar em Itaquiraí, um resultado extraordinariamente positivo no debate das principais demandas desse segmento que é muito importante para a economia do estado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes da Ordem do Dia, registro e agradeço a presença do senhor Dalmi Tuta, vereador do município de Sonora. Quero lembrar aos deputados que observem o prazo, porque amanhã, 21 de Junho, conforme calendário aprovado pelos líderes desta Casa, será distribuída a LDO, e na próxima semana deverá ser feito relatório.



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Como líder do bloco 2, quero indicar como membros titulares a deputada Mara Caseiro e o deputado Roberto Hashioka, e como suplentes os deputados João Cesar Mattogrosso e Lucas de Lima, para a Comissão de Ciências e Tecnologia. Para a Comissão de Educação, indico como membros titulares a deputada Lia Nogueira e o deputado João César Mattogrosso, e como suplentes a deputada Mara Caseiro e o deputado Roberto Hashioka.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ordem do Dia. Item 1. Projeto de Resolução nº 09/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Institui o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em comemoração ao Dia Estadual do Repórter Fotográfico". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 09/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente! Quero parabenizá-lo pelo belo evento organizado por Vossa Excelência e toda equipe. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente. Parabéns pelo Arraiá da Assembleia Legislativa! Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero cumprimentar o deputado Marcio Fernandes pela ideia, porque ai da história se não fosse o repórter fotográfico que registrou os momentos mais tristes da ditadura militar neste País. Parabéns! Voto com meu líder. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário. Eu não vou dar o nome, mas tem um filme sobre política americana que o fotógrafo registra os momentos do Obama e de sua esposa desde os bastidores, a família. Assistam, vale a pena. O momento é registrado a partir do olhar do fotógrafo, todos os bastidores da vida na Casa Branca, da escola, da vida familiar e da política americana.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 2. Consulte se o deputado João Henrique está no Plenário. Item 2 prejudicado. Passemos ao Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 114/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Terapêutica Nova Vida, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 114/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, presidente. Só para destacar a importância desse projeto de lei que o deputado Pedro Pedrossian Neto falou aqui hoje, de forma bastante oportuna, sobre a importância das comunidades terapêuticas em Mato Grosso do Sul. Foi muito bem pontuado, porque nós precisamos reconhecer o trabalho que essas comunidades realizam para que essas pessoas possam se livrar da dependência do álcool e das drogas. Com esse projeto de lei, a comunidade terá mais respaldo para buscar incentivos junto ao governo do estado e junto ao poder público. Quero agradecer aos deputados que votaram favoráveis a esse projeto, porque isso só vem para contribuir com a sociedade sul-mato-grossense. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, nós estamos votando o título para quem?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não é título, o Item 2 foi retirado de pauta, estamos votando o Item 3.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 082/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, homenagem denominada 'Empresa Amiga dos Autistas e com de TDAH', destinada às empresas que adotem política interna de inserção no mercado de trabalho de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), e/ou contribuam com ações e projetos na promoção e defesa dos direitos dessas pessoas". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 082/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente. O objetivo desta lei é enaltecer e homenagear os estabelecimentos empresariais que promovem destacadamente a inserção, no seu quadro de empregados, de pessoas com transtorno do espectro autista e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), e difundir a importância da adaptação nas empresas para inserção dos autistas e TDAH no quadro de funcionários. As empresas que atenderem aos objetivos desta lei, poderão, por conta própria, utilizar nos rótulos ou embalagens de seus produtos a divulgação de serviços ou de sua marca, bem como em suas peças publicitárias como diferencial para a imagem de sua empresa, a denominação de empresa amiga dos autistas e com TDAH. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLACE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Quero parabenizar o deputado Antonio Vaz por essa excelente iniciativa, porque eu, como mãe de um jovem autista, sei da importância desse olhar que a sociedade precisa ter, de carinho, de acolhimento com jovens autistas. Já existem políticas públicas, deputado Marcio Fernandes, para as empresas disponibilizarem um percentual de vagas para pessoas especiais, mas efetivamente isso ainda é uma utopia em nosso país. Este Parlamento precisa fazer debates e construir políticas públicas que realmente promovam o acolhimento e a inclusão social, efetivamente, em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Nós sabemos do preconceito que essas pessoas ainda enfrentam, deputado Pedro Kemp, por isso a importância desse projeto. Vota sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto. Senhor presidente, primeiramente parabenizar o deputado Antonio Vaz pela iniciativa, pela sensibilidade, pelo excelente projeto e pedir a todos os deputados que apresentem mais projetos no sentido beneficiar crianças autistas, pessoas com TDAH. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto por unanimidade. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica... Um dos requerimentos do Item 5 foi retirado de pauta pelo próprio autor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Gostaria de pedir vista dos requerimentos do deputado Rafael Tavares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quais os números, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Os dois primeiros, um e dois.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Cedido vista dos requerimentos um e dois ao deputado Pedro Kemp. Retirados de pauta os requerimentos do deputado Rafael Tavares. Cento e quatro indicações, uma moção de aplauso, cinco moções de congratulação e duas moções de repúdio. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da senhora Eliza Viturino de Souza. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Lindolfo Cervieri. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Quero lembrar aos nobres deputados que amanhã a CCJR fará a distribuição da LDO, encerrando-se assim o prazo de emendas. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Professor Reinaldo. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida.



Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h6min).